

# CEBRAP, VINTE ANOS DEPOIS

José Arthur Giannotti

Um protagonista que esteve no turbilhão dos acontecimentos dificilmente pode avaliar, com olhos isentos, o caminho percorrido. E não poderia confiar apenas em sua memória, devendo consultar documentos, reler textos publicados. Enfim, montar uma pesquisa que lhe desse os parâmetros para um juízo mais certo. Como, porém, executá-la quando a tarefa maior e mais urgente é tocar o barco, ajudar a encontrar um novo perfil para o CEBRAP dos anos 90? Na fissura desse exercício, abre-se, no entanto, o lugar para uma reflexão, a conveniência de um olhar de sobre-vôo sobre tudo aquilo que temos sido. Daí o caráter impreciso destas anotações, e seu próprio sentido de degrau para aqueles que já estão interessados no futuro.

Nota-se desde logo o estilo "Maria Antônia" do CEBRAP dos anos 70. Era uma geração que se formara nas virtudes e nos vícios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, este instituto globalizante que só tinha sentido como instrumento para fundar uma universidade a partir de escolas já bem enraizadas. Desse modo, a interdisciplinaridade já se fazia nos saguões da faculdade, na audiência dos cursos, no convívio na Congregação. Matemáticos, físicos, sociólogos, filósofos cruzavam no mesmo prédio — químicos e biólogos ficavam na Alameda Glette. Mas a Faculdade de Economia se encontrava ao lado: para alcançá-la bastava atravessar o pátio interno. Esta convivência era, além do mais, muito afrancesada, no modo de pensar e de publicar, antes de tudo na forma de encarar a vida acadêmica como processo de recolhimento, espécie de exercício espiritual que domasse nossas vidas e melhorasse nossas convivências. A universidade era um lugar seguro para quem tinha escolhido esta forma de existência. Antes de 1964, nenhum de nós pretendia outra vida do que aquela de professor e de pesquisador. Ninguém imaginava que um dia não pudéssemos nem mesmo penetrar numa sala de aula.

O CEBRAP nasce duma vontade de resistência e duma estratégia

para preservar aquilo que já éramos: intelectuais por vocação. Todo esforço foi orientado no sentido de preservar o espírito da vida acadêmica fora dos muros da universidade. Não tínhamos a idéia de que com isto estávamos criando algo inédito no país: uma forma institucional pública fora dos parâmetros estatais. A despeito de registrar-se como entidade *pri-vada* sem fins lucrativos — já que a forma de fundação implicava o risco duma intervenção política do ministério público —, o CEBRAP sempre viveu de recursos públicos internacionais ou nacionais. Obviamente a to-lerância que o regime militar teve conosco foi negociada, pois era neces-sário explicar como "comunistas" considerados pela ultradireita como ini-migos públicos podiam receber o auxílio inicial da Fundação Ford. Mon-tamos toda uma estratégia, cada passo foi cuidadosamente sopesado no nosso isolamento: a publicação da revista, as primeiras manifestações na imprensa, até mesmo a publicação do livro *São Paulo — Crescimento e Pobreza*, que nos custou uma bomba na entrada de nossa sede. Os inte-lectuais puros aprendiam a negociar e a fazer política, a enfrentar o inimi-go com as armas possíveis no momento.

As vicissitudes nos levaram a duas inovações. De um lado, mostrá-vamos a possibilidade de um instituto financiado com recursos públicos que, ao invés de caírem regularmente no início de cada mês numa conta bancária, precisavam ser duramente negociados. Se esta forma tem a des-vantagem de obrigar ao estudo daquilo que nem sempre se quer, além de estar sempre pondo em risco a própria continuidade da instituição, ao me-nos cria a consciência de que o recurso conseguido está intimamente vin-culado ao trabalho feito. Neste momento, em que se pensa seriamente es-tabelecer uma política mais orgânica para a ciência e tecnologia no país, esta nossa experiência precisa ser levada em conta como uma das formas do público escapar ao estatismo. De outro lado, cortavam-se os males do intelectual que se burocratiza na profissão de professor ou pesquisador enquanto funcionário público. A negociação dos recursos leva a uma vi-são mais clara do sentido político da própria burocracia, terminando por politizar nossa própria vida intelectual. Exemplo foi a radical mudança que tivemos que operar em relação aos meios de comunicação de massa. Co-mo simples professores estávamos contentes com o público cativo nas sa-las de aula; a relação pessoal com o aluno é muito gratificante, pois este responde de imediato aos nossos sinais. O artigo e o livro aparecem assim como extensões duma mesma matriz. Privados de estudantes, fomos for-çados a nos dirigir a um público sem rosto que, além do mais, precisava ser conquistado. Em vez da presença, a matriz se tornou a ausência a ser cuidadosamente preenchida. E tentamos soluções diversas. Uns escoaram sua produção intelectual por meio de artigos mais leves, escritos no entu-siasmo provocado pela idéia nova, que assim se perfaz de um texto para outro. Outros, bloqueados pelo lado mais técnico de seu trabalho, foram obrigados a operar em duas faixas, o texto técnico e o texto para o grande público, pulando de galho em galho conforme as necessidades e as cir-cunstâncias, sem a pausa do texto intermediário.

No todo, entretanto, essas experiências delinearão uma forma de vida acadêmica fora das muralhas da universidade, o que contribuiu sem dúvida para que se perceba hoje que a universidade moderna não é como a cidade antiga, cerceada dentro de muros estreitos, protegida por portas que se abrem e que se fecham, demarcando um espaço urbano autêntico e outro falso — *bourg/faux bourg*. Ao contrário, ela se espraia urbanizando o campo, transformando este último na residência do sossego, obviamente se for capaz de evitar os males do isolacionismo e da solidão.

Quando se iniciou a abertura política não havia mais retorno possível: o CEBRAP tinha se constituído num espaço que vale de per si. A Lei da Anistia, porém, fez com que muitos de nós voltássemos para a universidade ou nela iniciássemos uma carreira. Agora a dualidade é inevitável. Entre o pólo onde estão os estudantes, e aquele outro onde estão os colegas, no sentido etimológico desta palavra, não é possível eleger; é preciso ficar com os dois. Surge, porém, um novo perigo, aquele de permanecer no meio do caminho. Não me refiro ao risco menor da perda de tempo, o esforço gasto entre as cidades universitárias e a Rua Morgado de Mateus, mas, antes de tudo, aos postos intermediários de assessoria a empresas públicas e privadas, aos cargos no Executivo, aos compromissos partidários e assim por diante. E desse modo se esvaziam tanto as universidades como os institutos de pesquisa, ambos correndo o risco de se transformarem em meras repartições públicas, corroídas pelo vício do absentismo.

Além do mais, é o próprio sentido da vida acadêmica que está sendo contestado. O antigo intelectual, o pastor do pensamento, vê-se substituído pelo especialista, dominador dum técnica que vende como uma mercadoria qualquer. Há muitos pesquisadores que já começam a carreira se projetando como máquina registradora, livro de contabilidade que anula o livro de uma vida. É o próprio sentido da carreira que se transforma. Antes do texto vinha uma forma de vida, um modo de refletir por meio das palavras, agora é o texto que vem antes como tomada de posição, enunciado ou relatório, de sorte que a unidade da vida vai ser coletada por outrem que venha desempenhar o papel de biógrafo. O intelectual de hoje cuida de si como bom negociador de suas opiniões e de suas orações.

Essa mercantilização da carreira ameaça a criatividade teórica, a vontade de transformar o mundo pela palavra e, por isso mesmo, de reformular a teoria como instrumento de intervenção na natureza e na sociedade. Vinte anos depois o CEBRAP precisa ser refundado como órgão de resistência, agora, porém, como instituto conservador de um ideal que nos fez civilizados e, por isso mesmo, ideal subversivo diante dum projeto intelectual que separa a produção e a intenção de melhorar sua própria vida por meio do fazer. Poucas vezes na história os problemas dum ética da vida intelectual se tornaram tão urgentes, pois poucas vezes se assiste ao espetáculo de técnicos tão competentes se mostrarem tão incompetentes na forma de fazer da vida alguma coisa que valha a pena, social e moralmente.

Velhice? Talvez. Sinal dos tempos? Somente sei que estou cada vez

mais sensível aos problemas éticos, no caso particular, aqueles duma ética profissional. Creio que qualquer trabalho intelectual só vale a pena se a própria atividade de compreender se empenha em favor do maior entendimento entre pessoas, inclusive entre os próprios intelectuais. Antes nos foi preciso a coragem política de enfrentar o autoritarismo. Hoje deve-mos ter coragem para denunciar e enfrentar o aviltamento da atividade acadêmica como forma de vida. Não se caia, entretanto, no pieguismo. O emprego de velhas palavras moralizantes também encobre o juízo reacionário na base de valores carcomidos, apelo hipócrita a frases feitas para assegurar a posição conquistada e evitar a emergência do novo. O que nos importa, assim me parece, é a tarefa de compreender o sentido coletivo e social da investigação filosófica e científica, que por isso mesmo deve excluir do diálogo todos aqueles que apenas fazem de conta que pensam. "Sentido da vida acadêmica", "solidariedade humana" são palavras vazias que somente se carregam de significado no confronto das opiniões daqueles que ousam a infração.

Vinte anos depois uma instituição em geral se esvazia de seu sentido original. Os fundadores tendem a tomá-la como uma espécie de terreno conquistado do qual podem tirar o usufruto merecido, os mais jovens muitas vezes a concebem como se fosse aparelho dotado de motor perpétuo que não carece de outros cuidados, de ambos os lados se perde este trabalho cotidiano de bordadeira que reiteradamente retece os fios gastos pelo tempo, a fim de que aos menos perdure a mesma silhueta. Para que não se torne apenas casca oca de que a lagarta se desvencilha para iniciar seu caminho, cabe antes de tudo compreender o que vale o invólucro montado. O CEBRAP consiste neste esforço de constituir um espaço público sob a fachada duma legislação que lhe atribui um caráter privado. Sob este aspecto configura um desafio à corrente que nos leva a tomar o coletivo como se fosse mera peça dum jogo entre pessoas privadas. Assim ele já se equipa para conquistar uma visão mais adequada daquilo que nós mesmos somos enquanto nação que não se conhece a si mesma. Este processo de privatização do Estado e da vida pública, que um olho arregalado vê por todos os lados, não seria ele também responsável pela enorme ignorância que nos cerca a respeito de nossas formas de vida? Como é possível alcançar o conhecimento dum país, duma realidade social, se desde logo o ponto de partida se fecha no relativismo dos interesses privados? Os estudos sobre as ideologias mostraram que sob o véu das teorias mais generalizantes quase sempre se escondem interesses particulares, mas neste momento é preciso não se esquecer que nenhuma teoria seria montada se nela já não estivesse embutida uma intenção de vir a ser geral. Na esfera do conhecimento a privacidade de fato se concilia com a intenção de direito de vir a ser universal. Se esta universalidade é limite a ser assintoticamente perseguido, isto é da lógica do próprio conhecimento.

Uma instituição de pesquisa só existe, pois, na medida em que coloca sua problemática no contexto da universalidade. Qualquer tema a ser estudado só vale a pena como afluente de um assunto maior: "O que é

este país em que vivemos?". A enormidade da tarefa ainda se amplia diante da crise do próprio conhecimento sociológico, que se esfacela em perspectivas confusas e contraditórias. Daí a meta de fazer caminhar juntas a pergunta pela natureza deste país, e a pergunta pela própria validade de uma teoria social. Deste ponto de vista, entretanto, o CEBRAP perde sua especificidade para tornar-se mera peça de um jogo que é de todos aqueles que topam pensar o mundo que nos cerca, enfrentam a tarefa de carregar entre os dedos algo sutil que, na falta de outro nome, ainda se chama espírito.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
Nº 25, outubro de 1989  
PP. 3-7

---